

**Ata da sessão ordinária realizada  
dia 21 de fevereiro de 2019**

Aos **vinte e um dias** do **mês de fevereiro**, do ano dois mil e dezanove, pelas **21 horas e quinze minutos**, reuniu-se a Assembleia Municipal de Almodôvar, em sessão **ordinária**, na sala das sessões, no edifício-sede dos Paços do Município, sob a Presidência de **Francisco Manuel Valadas Abreu**, secretariado por **Vítor Manuel Vilhena Saleiro**, como 1.º secretário e **Filipa Isabel Ribeiro de Sousa**, como 2.ª secretária, dando cumprimento ao preceituado no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

**Encontravam-se presentes na sessão os deputados:** -----

**Eleitos pelo PS:** Luís Carlos Piedade Martins, Alexandre Guerreiro Figueiredo, Cláudio José Balbina Viseu, Maria Fernanda Belchior Caetano Guerreiro, Ana Maria Rodrigues Teixeira Ramos Barão, Maria Cristina Martins Brás Germano, António Manuel Horta Fontinha, Marília da Conceição Guerreiro, o Presidente da União de Freguesias de Almodôvar e Sr.ª da Graça de Padrões, Domingos Manuel Romba Guerreiro, o Presidente da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Dário Martins Guerreiro, o Presidente da Junta de Freguesia da Aldeia dos Fernandes, José Germano Silvestre, o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, Eduardo José Dias Gonçalves, o Presidente da Junta de Freguesia do Rosário, Francisco Manuel Gonçalves da Luz e o Presidente de Junta de Freguesia de S. Barnabé, António Manuel Silva Amaro. -----

**Eleitos pelo PSD:** José Romba Guerreiro, Andreia Calvário Graça Guerreiro, Ana Isabel Teixeira Guerreiro e Pedro Manuel Bita Messias e Melo Franco -----

**Faltaram à sessão** os deputados Jorge Francisco Marques (PSD) e Amândio José Rodrigues Pereira (PSD), por uma sessão, tendo sido substituídos nos termos do n.º 1 e do n.º 3 do artigo 18.º do Regimento, pelos deputados suplentes Ana Isabel Teixeira Guerreiro (PSD), Pedro Manuel Bita Messias e Melo Franco (PSD), respetivamente. -----

**A Mesa justificou a respetiva falta.** -----

Nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, estiveram presentes nesta sessão para além do Presidente da Câmara António Manuel Ascensão Mestre Bota (PS), a Senhora Vice-Presidente, Lucinda Maria Marques Jorge (PS) e os Senhores Vereadores, João de Deus Lopes Pereira (PS), Ana Manuel Jesus Guerreiro Carmo (PS) e António José Messias do Rosário Sebastião (PSD). -----

**A - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO**, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o artigo 39.º do Regimento; -----

**A.1.- Intervenção dos Municípes** -----

**A.2.- Esclarecimentos** -----

**B - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

**B.1** - Ausências, Suspensões, Renúncias de mandatos e respetivo preenchimento de vagas; -----

**B.2** - Votação da ata n.º 07, de 30 de novembro de 2018 e da ata n.º 08, de 25 de janeiro de 2019 (quadriénio 2017/2021); -----

**B.3** - Leitura de expediente; -----

**B.4** - Intervenções. -----

**C - PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

**C.1** - Apreciação e deliberação sobre o teor das Declarações, infra discriminadas, emitidas nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 15 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterado pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março -----

- Compromissos Plurianuais a 31.12.2018 -----

- Pagamentos em atraso a 31.12.2018 -----

- Recebimentos em atraso a 31.12.2018 -----

**C.2** - Apreciação e deliberação sobre a Operação de Reabilitação Urbana da Aldeia dos Fernandes - Apresentação da Versão Final e do Relatório de ponderação de discussão pública do PERU - Programa Estratégico de Reabilitação Urbana; ----

**C.3** - Apreciação e deliberação sobre a Operação de Reabilitação Urbana de Santa Clara-a-Nova - Apresentação da Versão Final e do Relatório de ponderação de discussão pública do PERU - Programa Estratégico de Reabilitação Urbana; ----

**C.4** - Apreciação e deliberação sobre a Operação de Reabilitação Urbana do Rosário - Apresentação da Versão Final e do Relatório de ponderação de discussão pública do PERU - Programa Estratégico de Reabilitação Urbana; -----

**C.5** - Apreciação e deliberação sobre a afetação de uma parcela de terreno ao domínio público municipal, com a área de 43,50 m<sup>2</sup>, sita no Monte dos Mestres; -----

**C.6** - Apreciação e deliberação da Proposta do Senhor Presidente da Câmara para adesão à Associação Musical do Algarve, na qualidade de associado apoiante; -----

**C.7** - Conhecimento da informação inerente à situação económica e financeira do Município - 1.º semestre de 2018, prestada pelo auditor externo que procede à revisão legal das contas, elaborada ao abrigo da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro; -----

**C.8** - Conhecimento sobre a concessão de “Visto” do Tribunal de Contas ao Contrato de Crédito a Longo Prazo no âmbito do Procedimento de Contratação de um Empréstimo de MLP, pelo prazo de 15 anos, para financiamento de despesas de investimento de interesse municipal; -----

**C.9** - Conhecimento da Listagem dos Compromissos Plurianuais Assumidos, no âmbito da Autorização Prévia Genérica para assunção dos mesmos, nos termos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 28 de fevereiro, na sua atual redação; -----

**C.10** - Apreciação do Relatório de Atividades da CPCJ- Comissão Proteção das Crianças e Jovens de Almodôvar, reportada a 2018; -----

**C.11-** Apreciação da informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município, bem como da situação financeira, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 37.º do Regimento;-----

**C.12 -** Aprovação da ata em minuta. -----

**A - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO:** -----

Em cumprimento do determinado no n.º 1, do art.º 49.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com o artigo 39.º, do Regimento, a Assembleia fixou um período para intervenção do público, que foi utilizado. -----

O **Presidente da Assembleia** adiantou que embora nenhum munícipe se tenha inscrito nos termos regimentais, a mesa entende ter o dever de perguntar se, entre o público presente, há alguém que pretenda utilizar o período regimental de meia hora, a fim de colocar alguma questão. -----

Pediu a palavra, o munícipe **José Eduardo Pereira Brites**. -----

Continuando, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor José Eduardo Brites** que proferiu o seguinte: -----

**“1- Assunto:** *Televisão-Sinal digital terrestre em Almodôvar* -----

*Na sessão realizada no dia 30 de Setembro do ano de 2016 foi feita uma intervenção por um deputado sobre o Assunto “Televisão na zona das Eiras em Almodôvar”, o Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra disse como resposta o que passo a ler “Quanto à TDT não é só um problema de Almodôvar, mas de todo o país. Não é fácil resolve-lo. Na altura foi feito um acordo com os operadores, no âmbito do qual se abdicou do sinal que existia e se passou para o sinal TDT- SINAL DIGITAL TERRESTRE. Há de facto, algumas zonas no nosso concelho sobretudo nas zonas mais longínquas da sede, onde o sinal TDT continua a ser um problema.”* -----

*Passados mais de dois anos e continua a existir o mesmo problema falta de sinal aqui na zona das eiras dentro da vila pergunta agora o munícipe, se foi ou está a ser feita alguma coisa para tentar resolver o problema para que de algum modo esta situação mesmo que não fique resolvida seja melhorada.* -----

*Por último solicito que esta intervenção seja transcrita em ata, e a resposta dada me seja enviada por escrito.”* -----

O **Presidente da Assembleia** agradeceu ao senhor José Eduardo pela sua intervenção, referindo que é bastante pertinente, pois sabe-se que a nível geral do país essa situação tem sido bastante questionada. Os pressupostos que levaram à transição do sinal analógico para o sinal digital levou a imensos problemas que hoje perduram e, no caso em concreto de Almodôvar, sabe que existe o problema da receção do sinal e muitas pessoas tiveram que optar por adquirir serviços que provavelmente nem estariam interessados. -----

No uso da palavra, o **Presidente da Câmara** começou por agradecer a pergunta referindo que não é uma resposta fácil. Esclareceu que se mantém praticamente a mesma resposta que deu há 2 ou 3 anos, não obstante ter existido algumas comunicações, não muitas, mas houve de facto algumas comunicações com a operadora. Relembrou que por força da nova legislação da televisão e da rádio houve liberalização em termos da concorrência, cada entidade privada pôde começar, consoante a sua capacidade e o seu público, a executar serviço digital de programação e tornou-se mais difícil naturalmente para gerir o sinal de TDT. É um problema do país inteiro, voltando a frisar que não é só nosso, por muito que nós tentemos pensa que o resultado vai ser o mesmo, vai ser a tentativa da operadora ir abdicando desse serviço, porque são operadores privados em prol eventualmente de serviços mais caros, pensando que é o que está em causa, daí que não será fácil conseguir modificar aquilo que tem sido os últimos 8 anos de trabalho das empresas privadas MEO, NÓS, etc., no âmbito da instalação de sistemas que vêm alternar o que existia anteriormente mas naturalmente muito mais caro. -----

Sobre o assunto não tem mais nada para dizer, porque não sabe de facto se conseguiremos algum dia mudar aquilo que se tem instalado nos últimos 8 ou 10 anos. -----

**B - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

**B.1 - AUSÊNCIAS, SUSPENSÕES, RENÚNCIAS DE MANDATOS E RESPETIVO PREENCHIMENTO DE VAGAS;** -----

**AUSÊNCIA DE MANDATO E PREENCHIMENTO DA RESPETIVA VAGA:** -----

O **Presidente da Assembleia** fez saber que se registaram dois pedidos de ausência para esta sessão. -----

Prosseguindo informou que na sequência dos pedidos de ausência formulados pelos deputados Jorge Francisco Marques (PSD) e Amândio José Rodrigues Pereira (PSD), quem os aceitou substituir, durante esta sessão, foram os deputados suplentes posicionados nas listas do Partido Social Democrata, Ana Isabel Teixeira Guerreiro (PSD) e Pedro Manuel Bita Messias e Melo Franco (PSD), respetivamente. -----

Mais informou que a substituição do deputado Jorge Francisco Marques se fez ao abrigo do n.º 1 do artigo 18.º do Regimento e a substituição do deputado Amândio José Rodrigues Pereira se fez ao abrigo do n.º 3 do artigo 18.º do Regimento. --

**A Assembleia tomou conhecimento e em nada objetou.** -----

**B.2 – VOTAÇÃO DA ATA N.º 07, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2018 E DA ATA N.º 08, DE 25 DE JANEIRO DE 2019 (QUADRIÉNIO 2017/2021):** -----

O **Presidenta da Assembleia** colocou à apreciação a Ata n.º 07 da sessão ordinária de 30 de novembro de 2018 e a ata n.º 08 da sessão extraordinária de 25 de janeiro de 2019 (quadriénio de 2017-2021). -----

Para os fins previstos na alínea a) do artigo 40.º do Regimento e do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, foram remetidas, em anexo à ordem do dia, fotocópia das atas das referidas sessões, as quais foram, previamente, lida pelos membros e, submetidas à apreciação e votação.

Não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação a **Ata n.º 07** de 30 de novembro de 2018 (2017/2021), tendo a Assembleia Municipal deliberado, por **unanimidade dos presentes, com 19 votos a favor** (PS/PSD), **aprovar a referida ata**, a qual foi homologada em minuta, com exceção das intervenções dos senhores deputados, sendo assinada pelo Senhor Presidente e por quem a lavrou.-----

Nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, os deputados Cláudio José Balbina Viseu (PS) e Pedro Manuel Bita Messias e Melo Franco (PSD), não participaram na aprovação da ata. -----

Prosseguindo, o Presidenta da Assembleia colocou à votação a **Ata n.º 08** de 25 de janeiro de 2019 (2017/2021), tendo a Assembleia Municipal deliberado, por **unanimidade dos presentes, com 17 votos a favor** (PS/PSD), **aprovar a referida ata**, a qual foi homologada em minuta, com exceção das intervenções dos senhores deputados, sendo assinada pelo Senhor Presidente e por quem a lavrou. -----

Nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, os deputados Andreia Calvário Graça Guerreiro (PSD), Alexandre Guerreiro Figueiredo (PS) e o Presidente da União de Freguesias de Almodôvar e Sr.ª da Graça de Padrões, Domingos Manuel Romba Guerreiro, Ana Isabel Teixeira Guerreiro (PSD), não participaram na aprovação da ata. -----

### **B.3 - LEITURA DE EXPEDIENTE;** -----

O **Presidente da Assembleia** informou sobre a correspondência recebida e expedida pela Assembleia Municipal, desde a última sessão até à presente data, cuja relação foi enviada a todos os membros e está disponível para consulta nos serviços de apoio, caso assim o desejem. -----

Na sequência do pedido formulado pelo Senhor deputado José Guerreiro para que lesse a carta remetida pelo Senhor Manuel Colaço Peres, o Presidente da Assembleia solicitou ao serviço de apoio que fossem buscar os documentos e pediu desculpa por não ter presente a pasta da correspondência. -----

Prosseguindo, o Senhor Presidente começou por confessar o seu lapso e fez “*mea culpa*” pelo facto de não ter respondido logo inicialmente ao munícipe. Continuando, leu o email do Senhor Manuel Peres de 20 de setembro. Prosseguindo, referiu que pediu os devidos esclarecimentos à Câmara, os quais lhe foram dados mas, por lapso, como já referiu, não respondeu logo ao Senhor Manuel Peres. Voltou

o Município a questionar no dia 26 de janeiro, cujo email o Senhor Presidente leu e só depois respondeu em carta registada, cujo conteúdo também leu.-----

Frisou que esta foi a resposta enviada ao Senhor Manuel Peres de acordo com as informações que lhe foram prestadas pela Câmara. Termina, referindo que este foi o teor completo da correspondência trocada com o Senhor Manuel Peres.-----

Continuando, do correio recebido realçou um pedido muito recentemente formulado pelo senhor José da Lança, que tem a ver com a questão de benefícios relativamente a taxas. Explicou que já teve ocasião de falar com senhor José da Lança, mas como não houve tempo de tratar do assunto não o trará hoje à Assembleia para análise, preferindo esclarecer primeiro a questão com o Senhor José da Lança e depois esclarecer aqui na Assembleia.-----

Prosseguindo, e alegando o facto de ter consigo a carta que foi dirigida à Assembleia Municipal pelo Senhor José da Lança, leu-a aos senhores deputado. --

Aclarou que não tem conhecimento sobre este assunto, ele reporta a 2016, e vai primeiro pedir esclarecimentos sobre a situação para depois poder dialogar com o Senhor José da Lança e desenvolver a situação a bem do concelho de Almodôvar. -

Sublinha que neste momento esta é a correspondência trocada com o Senhor José da Lança sobre a situação que ele aqui solicita e provavelmente na próxima sessão da Assembleia Municipal virá o assunto com certeza aqui aflorar. -----

No uso da palavra, o **Presidente da Câmara** começou por dizer que relativamente ao assunto abordado pelo Senhor Manuel Peres a Câmara respondeu dentro do tempo adequado à Assembleia. Aclarou que o referido email pedia esclarecimentos sobre uma contratação que foi feita relativa ao Complexo Desportivo e em que contratualizaram esse serviço por um valor que garantia um funcionário a tempo inteiro no Complexo Desportivo para a manutenção de jardins. -----

Explicou que a Câmara contratou o serviço da mesma empresa que vem fazendo o serviço de manutenção de jardinagem no Complexo Desportivo, mas como verificaram ao longo de 2 ou 3 anos que o valor que estávamos a pagar não chegava para o serviço que queriam que fosse efetuado, pediram então um novo orçamento à empresa, que consideraram que estava dentro dos valores justos de contratação e contratualizaram dentro daquilo que é a legalidade e os procedimentos de contratação.-----

Não percebe porque é que lhe fez confusão, também não tem de perceber, o município questionou e têm que responder e foi isso que fizeram.-----

Desconhece se a Assembleia respondeu atempadamente, ou não, mas a Câmara respondeu logo que foi solicitado. Responderam à Assembleia até oferecendo a disponibilização do processo para que seja verificado, tal como todos os outros, e corresponde no fundo a uma contratualização dentro da competência do Presidente para garantir um serviço numa área pública para que as pessoas tanto do concelho como visitantes que se desloquem ao Complexo Desportivo possam ver nele um local agradável, limpo, com as ervas cortadas e árvores amanhadas de maneira a não criarem perigo.-----

#### **B.4 - INTERVENÇÕES.** -----

Prosseguindo com os trabalhos, o **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, tendo-se inscrito os deputados José Guerreiro e Andreia Guerreiro. –

De acordo com a ordem das inscrições, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado José Guerreiro**, que proferiu o seguinte: -----

Face a esta situação das pequenas e médias empresas, tinha um pequeno texto que gostava de ler: -----

“As pequenas e médias empresas representam 99,9% do tecido empresarial do país, refletem 82% do emprego e 67,8% da produção nacional. São muitos os estudos que já estabeleceram uma relação direta entre o empreendedorismo de uma comunidade e o desenvolvimento do tecido económico local. Inúmeros investigadores têm vindo a alegar que qualquer processo de desenvolvimento económico está associado à inovação concebidas pelos empreendedores, desta forma, o empreendedorismo associa-se na maior parte das vezes a introdução de mudança de economia tendo como consequência a evolução e desenvolvimento da própria sociedade. Dezenas senão centenas de empresas são criadas todos os dias no nosso país e conseqüentemente na nossa região, mas o grande desafio passa por assegurar a sobrevivência das mesmas. De que forma estas empresas sobreviverão no futuro? Não falamos aqui apenas do ponto de vista teórico mas essencialmente na prática. Como é do conhecimento de todos os presentes, o concelho de Almodôvar, para além das minas Neves-Corvo e da Câmara Municipal, conta com um tecido produtivo empresarial e empregador bastante insuficiente, aos poucos o nosso território foi sendo marcado pelo surgimento de pequenos investidores e investimentos, com destaque aqui para o setor turístico, ao nível de alojamentos que mesmo não criando tantos postos de trabalho como gostaríamos têm contudo fixado jovens e respetivas famílias no nosso concelho e no nosso território em geral, assim, como têm trazido centenas de visitantes a Almodôvar e permitido um maior fluxo de mais-valias que aqui são deixadas pelos mesmos. No final das contas ganham as unidades dos alojamentos, os restaurantes, os cafés, os produtores e por inerência ganha o município que com efeito multiplicador subjacente sabido neste setor. -----

A bancada do PSD tendo tido conhecimento do teor do manifesto e pedido apresentado a esta Assembleia Municipal pela empresa Solar da Portela não pode ficar indiferente a esta situação e demonstrar o seu profundo desacordo com a forma desigual como as pequenas e medias empresas do concelho estão a ser tratadas. Queremos deixar expressa a nossa concordância com possíveis incentivos e apoios a todos aqueles que queiram fixar-se e investir no nosso concelho. Sim, é obvio que devemos criar condições para que haja investimentos para que se criem postos de trabalho, para que se fixem os jovens, e se potencie o crescimento de mais agregados familiares em Almodôvar porque o nosso concelho precisa com urgência. Mesmo com visões e estratégias diferentes que serão alvo de escrutínio nos locais próprios é fundamental que os executivos municipais estejam ao lado dos empresários e sempre na primeira linha para reconhecer, valorizar e motivar o seu sucesso. Não deveria ser preciso a empresa, neste caso o Solar da Portela, se dirigir ao executivo para fazer um pedido de apoio como aqui já foi referido, a autarquia deveria por si

desde o primeiro momento encaminhar as empresas nas possibilidades de apoio que lhes podem conceder, mesmo as existentes. -----

Estudos recentes apontam que não inovar é a única grande razão do declínio das empresas, ou seja, a empresa que não inova entra facilmente em colapso porque o mercado e a globalização não perdoam. Ora aqui fica demonstrado que não temos só que apoiar as empresas que se estão ou vão constituir no nosso concelho, temos também que acarinhar as existentes incentivá-las a modernizar, a inovar, a empreender a fazer mais e a fazer melhor por si e para todos nós. Face a isto, não conseguimos compreender que não se tratem de forma igual os promotores de projetos no nosso concelho. -----

Isto é grave Senhor Presidente, temos que ser coerentes quando afirmamos aos quatro ventos que damos especial enfoque ao desenvolvimento e fixação do tecido empresarial do nosso concelho. Não queremos acreditar que esta desigualdade não se tenha devido apenas a um lapso que irá ser corrigido de imediato. -----

Pelo exposto, Senhor Presidente, a bancada do PSD solicita que todas as empresas em situações semelhantes sejam tratadas da mesma forma e como tal que se apoie o Solar da Portela na mesma proporção com aquilo que já se fez com a Herdade dos Toucinhos.” -----

Prosseguindo, a **deputada Andreia Guerreiro** referiu que queria só colocar duas questões muito rápidas. -----

A primeira tem a ver com várias situações que têm vindo a público, de lixo essencialmente que quase que explode para fora dos contentores em especial ao domingo. Mesmo sabendo e, compreendendo que existe uma grande falta civismo da parte de alguns munícipes, porque não procuram unidades que eventualmente estejam mais vazias para depositar o lixo, gostaríamos aqui de relevar esta situação e de apelar para que o município intervenha com mais profundidade nesta situação para evitar essencialmente que hajam fotografias, que hajam comentários e essencialmente o mal-estar criado pelo excesso de lixo que se instala ao fim-de-semana e, o fim-de-semana passado ao pé da igreja matriz foi um grande exemplo, propondo nós, uma maior campanha de sensibilização junto dos munícipes, eventualmente tentar agir legalmente contra quem de facto suja desta forma a via pública, quem não pensa nas outras pessoas que estão aqui a residir, sendo que apelo nesse sentido. ----

Depois é diretamente ao Senhor Presidente da Assembleia, recorde que a 28 de junho de 2018 foi feita uma proposta conjunta das duas bancadas de recomendação à mesa da Assembleia sobre o funcionamento das sessões e a comunicação com os munícipes, em que propomos a criação de vários mecanismos, recorde a transmissão das reuniões em direto, a descentralização das sessões, a apresentação das propostas no web site e a criação de um grupo de trabalho que pudesse acompanhar a implementação destas propostas. -----

Gostaria de saber, 8 meses decorridos, quais as diligências que já foram realizadas até aqui e se de facto podemos ajudar em algum ponto para agilizar este processo e esta noite acho que é bem demonstrativa de quanto isto seria importante implementar. -----

O **Presidente da Assembleia** referiu que relativamente ao Senhor José Romba Guerreiro e à questão que aqui colocou sobre o Solar da Portela, em sua opinião é prematuro estar a fazer considerações sobre um assunto que ainda não está totalmente clarificado, ouvindo só uma das partes neste caso, que foi o requerente neste processo. -----

Como teve ocasião de informar pediu todos os esclarecimentos necessários e provavelmente na próxima sessão da Assembleia traremos aqui novamente o assunto, porque julga que isto também não deve ser nada assim tão complicado que não esteja o esclarecimento prestado e, provavelmente a intervenção do Senhor deputado José Guerreiro já poderá ser um pouco diferente. Mas agora julga que é prematuro estar a fazer considerações ouvindo só uma das partes. -----

Sobre a questão que a senhora deputada Andreia Guerreiro colocou, primeiro do que tudo deve começar por referir que tem realmente alguma mágoa de não poder dispor do tempo que realmente gostaria de ter para tratar de determinados assuntos, mas como ainda está no ativo, tem uma profissão que requer muito de si e, como tal, não tem tido tempo de tratar de alguns assuntos com a celeridade de que gostaria. Ainda agora vimos aquela situação da demora na resposta ao Sr. Manuel Colaço. -----

Mas relativamente à questão colocada pela senhora deputada, o assunto está a ser tratado com os recursos da Câmara, já pedimos orçamentos a empresas sobre a aquisição dos equipamentos para a descentralização das sessões e pensa que vai ser o mais fácil de resolver a mais breve prazo, de acordo com as informações que foi recolhendo juntamente de alguns técnicos da Câmara e com o aconselhamento que tem feito com outros Presidentes de Assembleias Municipais. O processo mais fácil de concretizar deve ser o da descentralização das sessões e já pediram, como já referiu, orçamentos de equipamentos. Sobre a transmissão em direto das sessões da Assembleia também não está esquecido, e espera fazê-lo com a maior brevidade possível, mas aí as coisas são um bocado mais demoradas, porque requerem outros meios técnicos e humanos. Mas também tem estabelecido contactos e pedido orçamentos e pensa que ainda este ano vamos fazer essas transmissões e também a descentralização das sessões. Mas não está esquecido, estamos a tratar do assunto e como disse espera que com a maior brevidade possível o consigamos fazer. -----

Prosseguindo, solicitou ao Presidente da Câmara que apenas esclarecesse a questão do lixo e que a questão do Solar da Portela ficasse neste momento pela observação que fez e numa próxima sessão se tratasse desse do assunto, quando tiverem informações de todas as partes. -----

O **Presidente da Câmara** começou por dizer que o senhor Presidente da Assembleia é que manda, mas acha injusto que não possa responder. -----

Dirigindo-se aos senhores deputados referiu que estava em condições de responder plenamente a qualquer assunto, até porque é um assunto que lhe é querido e, porque já foi falado duas vezes em reunião de Câmara, parecendo-lhe quase publicidade gratuita no mercado nacional. -----

Tomou a palavra o **Presidente da Assembleia**, que explicou que como não teve ocasião de tratar deste assunto com o Senhor Presidente, não sabia que já estava na posse das informações e então nesse caso poderia também esclarecer esse assunto. -----

Prosseguindo, o **Presidente da Câmara** explicou que informou o Senhor Presidente da Assembleia sobre esse assunto há dois dias, mas informou muito superficialmente, porque não tinha o processo consigo e só tinha presente aquilo que lhe estava na memória e às vezes são tantos assuntos que se esquecem os detalhes. -----  
Quis esclarecer o seguinte: em primeiro lugar dizer algo que é quase um desabafo de Presidente de Câmara. Sendo que a pessoa em causa já pertenceu a esta Assembleia, estranha que não saiba os procedimentos a serem feitos, ou seja, isto é um assunto de Câmara e só vem à Assembleia quando na Câmara não se resolve. Se a Câmara nunca recebeu um pedido para isenção de taxas, não percebe porque vem diretamente à Assembleia. No entanto aceita, é um direito que compete a cada um e a Assembleia está cá também não para decidir sobre as taxas, mas para solicitar de facto à Câmara que desenvolva trabalho nesse sentido e é isso que vamos fazer. O empresário local tem todo o direito de solicitar aquilo que os outros já têm, porque o solicitaram, mas há aqui um detalhe muito importante: o processo a que se refere este empresário é o processo n.º 17/2014, é um empreendimento com uma construção em que nós aqui nesta Assembleia e na Câmara, julga que pela primeira vez, aprovamos um projeto de interesse municipal, não era hábito, nunca se tinha feito, nunca ninguém tinha pedido, mas foi aprovado. Esse projeto de interesse municipal dá acesso a algumas regalias a quem tem, nomeadamente, um projeto dentro do âmbito do empreendedorismo, quem tem um projeto de interesse municipal tem uma cotação superior e naturalmente fica melhor classificado. No entanto, o dar acesso não quer dizer que a pessoa tenha essas regalias, se não for solicitado. Se não existir diálogo entre a Câmara e o empresário, o facto de lhe dar acesso a algumas regalias, mas se não o solicitou, se não houve reunião de Câmara a decidir sobre essa isenção, se não veio à assembleia municipal, não pode ter essas regalias. Ao presidente da Câmara não lhe compete, dentro das competências inerentes ao cargo, decidir por si só este tipo de isenção, porque temos uma tabela de taxas para cobrar e só não a cobramos com a autorização da Câmara e posterior autorização ou votação da Assembleia Municipal. Mas este processo nº 17/2014, e é essa a informação que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal não tem porque eu ainda não lha dei, foi um processo que caducou, o empresário resolveu não entregar os projetos de especialidades para essa construção, para esse projeto de arquitetura e o projeto acabou por caducar. O empresário foi informado, pensa que em 2016, foi-lhe dado os 10 dias para reclamar a situação de caducidade, não reclamou, e colocou outro projeto em curso na Câmara Municipal. É duvidoso aqui a situação se nós deveríamos ter na Câmara transferido o PIM - Projeto de Interesse Municipal do projeto 17/2014 para o outro projeto, mas também não foi solicitado e naturalmente não estamos aqui a pensar em todos os detalhes. No entanto, se tivesse sido solicitado, também para o outro processo estaríamos cá disponíveis e

vocês penso que também para o aprovar. O que é um facto é que este processo caducou, mas mesmo assim, imaginemos que não tivesse caducado, o empresário em si nunca em momento algum nos solicitou que fizéssemos desconto atempadamente, que fizesse um plano, que dissesse, meu caro presidente, meu caro vereador, seja quem fosse, eu sou investidor do concelho e quero saber se tenho realmente direito à isenção de taxas. Porque se tivesse, no momento que fosse reclamada a situação no sentido de ter esse benefício eu teria sido o primeiro a levar o projeto a reunião de Câmara e seguidamente aqui à Assembleia e está disponível para o fazer e pensa que os senhores deputados também estarão disponíveis para apoiar o empreendedorismo neste sentido. Deve esclarecer também, que julgo que aquilo que o senhor empresário José da Lança se refere, não sabe se enquanto empresário José da Lança se enquanto empresário Solar da Portela, porque teríamos que definir aqui qual é o projeto, e qual é a empresa, qual é o empreendedor que teria esse Projeto de Interesse Municipal, para que depois as taxas fossem de facto afetas a esse projeto em si, ou a esse investimento, e não o nome individual ou a empresa são coisas distintas. -----

Deve esclarecer uma coisa muito, muito simples: a empresa Herdade dos Toucinhos foi um investidor que surgiu em Almodôvar, que nós estivemos de braços abertos para o projeto, fomos pioneiros, talvez, em bater em todas as portas Ministeriais deste país para tentar encontrar soluções para a instalação da empresa, fizemos o mesmo recentemente agora com o Africa Land, que é a empresa que falei aqui na última sessão que se está a tentar instalar na Herdade da Camacha e faremos com todas as outras. Temos que ser aqui os bons samaritanos, de braços abertos para as empresas que vêm de fora, não obstante a Herdade dos Toucinhos ter um investimento se calhar neste momento de 7 ou 8 milhões de euros, mas extensível a mais, ou o Africa Land já estar com projetos na Câmara que nós calculamos no valor de 10 milhões de euros. -----

O Senhor empresário José da Lança, qualquer um dos empresários, deste concelho ou de fora, não se medem pela quantidade de investimento que fazem, medem-se pela vontade que têm em investir e todos esses têm a porta aberta na Câmara de Almodôvar. Julgo que sempre tiveram e continuaram a ter. Recordo-vos que no ano de 2017 demos para o pequeno empreendedorismo quase 52 mil euros de apoios diretos, de dinheiro nosso, dos nossos bolsos de contribuinte e foram dados a pequenas empresas para elas se lançarem, inclusivamente à empresa do Senhor José da Lança, ali em frente ao mercado. Portanto não ficou de fora em momento nenhum. Demos no ano 2018, cerca de 82.500 euros de apoios diretos ao empreendedorismo e estamos cá disponíveis para dar mais, desde que esses empresários e esses investimentos assim o justifiquem. -----

Senhor deputado, aceito a sua intervenção de braços abertos, estamos cá para apoiar, mas em relação ao pequeno empreendedorismo julga que este Executivo está de consciência tranquila, e vocês também, porque também nos apoiaram neste orçamento e nestas aprovações. -----

Relativamente a este assunto julga que esclareceu e se na próxima Assembleia o Senhor Presidente entender trazer o assunto a sua resposta será a mesma que esta. Foi a resposta que apurou nos últimos 2 ou 3 dias sobre o assunto, porque de facto não conhecia o assunto anteriormente e o assunto despertou-lhe algum interesse, porque em duas reuniões de Câmara consecutivas o assunto veio à “baila” e sabia que hoje vinha também, estava precisamente preparado para esse efeito e por isso disse ao Senhor Presidente que seria injusto não o deixar esclarecer, até porque na próxima sessão a sua resposta será precisamente igual.-----

Relativamente ao assunto ainda do empresário José da Lança e outros empresários, também recorda uma outra coisa: quando falaram aqui em inibir empreendedorismo, quando assumiu funções na Câmara lidou com quase dez mil euros de coimas ao empresário José da Lança, portanto, caros deputados, nós estamos aqui a fazer tudo o que é possível para apoiar o empreendedorismo. Se ele tinha coimas por algum motivo as tinha, e outros também tinham, isso não significa que o Executivo anterior inibia o empreendedorismo, inibia a construção, não. Significa que quem estava a fazê-lo eventualmente não estava a cumprir com aquilo que é a nossa legislação, aqui todos somos iguais, todos temos que cumprir, quer invistam 10 milhões quer invistam um milhão, mil euros, é igual. As regras da Câmara são iguais, por isso as taxas e licenças são iguais para todos. Está disponível para o empresário José da Lança, empresário x ou y, qualquer empresário que tenha um Projeto de Interesse Municipal e se desloque à Câmara Municipal, ou envie uma carta, e será o primeiro, e disso os meus colaboradores são testemunhas, que é o primeiro a agarrar naquilo e a pedir para meterem à frente de tudo, já o fez e voltará a fazê-lo. -----

Relativamente ao lixo, é um facto que a gente sabe que é muito difícil sensibilizar todos para a questão do lixo, também sabemos que a maior parte dos problemas de lixo são provocadas no centro da vila e sabemos porquê. Sabemos que ao fazer a requalificação das Ruas da Malpica, Afonso e Arco, e também a Rua do Convento, mas principalmente pelas primeiras três, onde tiveram que retirar caixotes do lixo que havia naquelas esquinas e, ao retirá-los, concentrou-se praticamente tudo em dois pontos. Primeiro ponto, Travessa das Lages, desculpem a expressão, o nojo do centro histórico de Almodôvar, segundo ponto, a igreja. E a Travessa das Lages é um nojo, não é porque nós queiramos que seja, felizmente hoje já está mais resolvido, é porque existiam caixotes de lixo semiescondidos, às escuras, que serviam para mandar para lá tudo, desde “mijadouro” local até lixo de todo o tipo, a qualquer hora do dia ou da noite. E, de facto, ao domingo como não fazemos recolha acumulava-se ainda mais, acrescido ao facto de no sábado haver mais gente em casa a limpar coisas, etc. -----

O que a senhora deputada Andreia falou faz todo o sentido, é uma questão de sensibilidade e é uma questão de sensibilização e por esse facto nós tomámos 3 opções. A primeira opção foi retirar os caixotes do lixo da Travessa das Lages, colocá-los num local visível onde as pessoas tenham mais vergonha, mais receio de fazer lixo, de encostar lixo ao pé dos caixotes do lixo. Tivemos muitas vezes caixotes semivazios mas com lixo ao lado, o que tem a ver simplesmente com

desprezo pela situação. Se o lixo estiver mais à vista eventualmente terão mais cuidado, porque ninguém é melhor ou pior, há é pessoas mais descuidadas ou pessoas mais brincalhonas, para não dizer gozonas, de qualquer das maneiras, é uma questão de sensibilização. Por esse facto nós pedimos à nossa engenheira do ambiente que fosse, porta a porta, ao comércio local pedir e explicar a todos que colocassem o lixo no devido local, as horas a que deviam colocar, que tipo de lixo é que deviam colocar, também para aliviar um bocado essa situação de degradação, digamos assim, à volta dos caixotes do lixo. Não conseguimos ainda resolver, ainda há muito trabalho a fazer, mas daí até os cachorros nos jardins deixarem lá os cocós e ninguém o apanhar há muito trabalho, mas isso somos nós todos, é a nossa mentalidade. Enfim somos nós todos, há quem cumpra há quem não cumpra, é como em todo o lado e é como tudo. Terceira situação que nós optámos por fazer, aumentar a quantidade de caixotes de lixo subterrâneos, porque a capacidade é maior, porque tem menos cheiro, porque não se vê tanto na rua, vê-se um modelo mais ambiental, menos provocante em termos de poluição visual e, desta feita, estamos a colocar pelo menos 3 novos contentores na vila de Almodôvar, um no Monte Rei, deslocando os caixotes de superfície para subterrâneos, um no jardim do Maldonado e um na Rua da Constituição. Portanto julga que estamos a fazer todos os possíveis para ir minimizando, ou pelo menos mitigando esta diferença entre quem cumpre e quem não cumpre, abrindo ou aumentando a nossa capacidade de recolha do lixo. -----

Também colocaram um turno de recolha ao sábado, quando entraram na Câmara havia recolha ao sábado, retiraram esse turno porque pensaram que não se justificava, voltaram atrás nessa situação porque achamos que se justifica, só na vila de Almodôvar, porque de facto, o fim-de-semana é quando se provoca mais lixo. Às vezes acontece que quando existe um feriado ou 2 feriados juntos é um problema, nós sabemos que é um problema e por vezes já tem andado nas ruas da vila como se fosse um fiscal a procurar e a ver se está tudo em condições e julga que os vereadores também e até os deputados também. -----

Porque todos nós no fundo estamos cá para defender a imagem da nossa terra que seja limpa para todos, para quem está cá e para quem nos visita. Agradeço-vos esta intervenção e agradeço-vos que nos ajudem também a sensibilizar todos para que se um caixote estiver cheio se calhar avança-se mais um bocadinho e vai-se ao próximo, ou pelo menos não se deixa o lixo. Sabemos nós que todas as noites há recolha, ou que amanhã há recolha, aguentamos aquilo mais um bocadinho e não colocamos lá as caixas todas abertas sem as partir, não colocamos lá sacos de todo o género, não colocamos janelas dentro dos caixotes, que acontece frequentemente, janelas velhas de obras, portas, mete-se tudo no caixote do lixo. É uma questão de sensibilização e espero ter transmitido um bocadinho daquilo que me vai na alma com esta situação. De facto é preciso ainda muito trabalho e estamos a fazê-lo passo a passo. -----

**C - PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

**C.1 - CONHECIMENTO SOBRE TEOR DAS DECLARAÇÕES, INFRA DISCRIMINADAS, EMITIDAS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO Art.º 15 DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, ALTERADO PELA LEI N.º 22/2015, DE 17 DE MARÇO--**

- COMPROMISSOS PLURIANUAIS A 31.12.2018 -----
- PAGAMENTOS EM ATRASO A 31.12.2018 -----
- RECEBIMENTOS EM ATRASO A 31.12.2018 -----

Sobre este ponto da ordem de trabalhos, o **Presidente da Assembleia** referiu que são procedimentos que decorrem da lei, já aqui noutras sessões o tem referido e não irá acrescentar mais nada sobre a matéria. -----

Prosseguindo, abriu as inscrições para intervenções, tendo-se inscrito a deputada Ana Guerreiro. -----

Seguidamente, o Presidente da Assembleia deu a palavra à deputada **Ana Guerreiro**, que principiou por dizer que tiveram a oportunidade de consultar a legislação que lhes foi indicada e acham que é obrigatório o envio destas declarações para a Assembleia Municipal. Mas, consultando a legislação, acham que a decisão não é feita por este órgão, acha que a deliberação não deve ser feita pela Assembleia. Ao consultarem a legislação apontada ela é explícita e em lado nenhum observam uma referência à exigência de uma decisão deste órgão sobre as ditas declarações, pelo que se entende que seja apenas para conhecimento e qualquer pedido de esclarecimento que julguem pertinente. Assim, não compreendem o porquê desta necessidade de deliberação sobre uma declaração que é a assunção de um compromisso direto do Senhor Presidente, solicitando, por isso, o devido esclarecimento. -----

O **Presidente da Câmara** referiu que a senhora deputada tem razão, devia constar aqui, dar conhecimento, e não apreciação e deliberação. De qualquer das maneiras deve dizer que esta informação foi enviada e assinada por si para a Assembleia Municipal, portanto, se houve falha, foi da Câmara, foi sua pessoalmente e enquanto profissional, pelo que pede desculpas e solicita ao Senhor Presidente da Assembleia que retifique o ponto, se os deputados assim o considerarem justo. -----

O **Presidente da Assembleia** começou por referir que se bem percebeu, este ponto em vez de ser apreciação e deliberação, seria simplesmente tomar conhecimento.

Referiu que de momento não tem a legislação para consultar mas, uma vez que a bancada do PSD o fez, com certeza que o fez corretamente. -----

Então, nesses termos, propõe-se que o Ponto B.1 da Ordem do Dia passasse a ter a seguinte redação: -----

**C.1 - CONHECIMENTO SOBRE TEOR DAS DECLARAÇÕES, INFRA DISCRIMINADAS, EMITIDAS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO Art.º 15 DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, ALTERADO PELA LEI N.º 22/2015, DE 17 DE MARÇO** -----

- COMPROMISSOS PLURIANUAIS A 31.12.2018 -----
- PAGAMENTOS EM ATRASO A 31.12.2018 -----

- RECEBIMENTOS EM ATRASO A 31.12.2018 -----

Prosseguindo, o **Presidente da Assembleia**, perguntou ao plenário se vêm algum inconveniente em que se altere este ponto, pois, em vez de ser apreciação e deliberação, seja simplesmente dar conhecimento à Assembleia. -----

Colocada esta retificação a votação, **A ASSEMBLEIA, POR UNANIMIDADE, DELIBEROU ACEITAR A ALTERAÇÃO PROPOSTA.** -----

Continuando, o **Presidente da Assembleia**, agradeceu aos senhores deputados a atenção que tiveram e pela forma como o fizeram, que significa que vêm as matérias de uma forma exaustiva e mais uma vez agradece a sugestão e a intervenção. ----

**A Assembleia tomou conhecimento do teor das declarações**, infra discriminadas, emitidas nos termos do disposto na alínea c), do n.º 1, do art.º 15, da Lei n.º 22/2015, de 17 de março: -----

- Compromissos Plurianuais existentes a 31.12.2018; -----
- Pagamentos em atraso existentes a 31.12.2018; -----
- Recebimentos em atraso existentes a 31.12.2018; -----

**C.2 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DA ALDEIA DOS FERNANDES - APRESENTAÇÃO DA VERSÃO FINAL E DO RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DE DISCUSSÃO PÚBLICA DO PERU - PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA:** -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu este ponto e começou por dizer que os pontos C2, C3 e C4 terão muito em comum no seu conteúdo. Tiveram conhecimento que, de acordo com a lei, os documentos tiveram em consulta pública, foram sujeitos aos pareceres das instituições competentes, nomeadamente, as que são referidas no relatório, foram aprovados por unanimidade em reunião da Câmara e vêm agora a esta Assembleia para apreciação, sabendo o quanto estes documentos são importantes para a vida das comunidades. Caberá agora aos senhores deputados a última palavra, do que à sua aprovação diz respeito, depois, com certeza, darão as opiniões que tiveram ocasião de trocar sobre estes assuntos. -----

Foi solicitado ao Senhor Presidente da Câmara que preste alguns esclarecimentos sobre os documentos.-----

O **Presidente da Câmara** começou por dizer que todos os deputados sabem o que é o PERU, no fundo é o seguimento da ARU. Delimitamos uma ARU que já foi aprovada em Câmara e aqui também na Assembleia e depois fazemos o PERU que é o passo seguinte para aprovar o programa estratégico precisamente dessa reabilitação urbana. No fundo, isto segue os trâmites da consulta pública, após a ARU depois temos de preparar o plano com valores e estimativas, temos de definir as áreas onde vamos intervir e que tipo de intervenção, e quando esse programa estiver aprovado pela Câmara juntamente com o parecer do Instituto da Habitação, que já o temos também favorável, virá à Assembleia e de seguida será a ORU, a parte do ordenamento definitivo. Este PERU serve para muitas coisas, entre elas

garantir que os projetos financiados, em termos de reabilitação urbana, tenham financiamento adequado ou tenham o financiamento que nós propusemos, podendo até acontecer, se não forem aprovados a ARU, o PERU e a ORU, chegamos ao cúmulo de ter que eventualmente desistir dos investimentos ou, pelo menos, desistir da ideia de receber fundos comunitários para esses investimentos. Portanto, é um documento necessário, obrigatório por lei e faz parte de um processo que tem a ver com a caracterização da ARU, seguida da estratégia de intervenção e, por fim, a implementação desse programa que é o que estamos aqui a aprovar. Se existir alguma dúvida que possa adiantar algo mais além do que disse, disponham. -----

O **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, tendo-se inscrito o senhor deputado José Guerreiro. -----

De seguida, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado José Guerreiro**, que principiou por dizer que podemos então juntar logo o C2,C3 e C4. O assunto é praticamente o mesmo, não vale a pena estarmos com esses intervalos.

Relativamente ao ponto C2, a esta versão final PERU – Plano Estratégico de Reabilitação Urbana, neste caso da Aldeia dos Fernandes que enquadra a ORU, Operação de Reabilitação Urbana, sabemos que este é um documento extenso que pretende caracterizar a povoação do ponto de vista histórico, patrimonial, demográfico e definir regras para a concretização desta ORU, em termos de investimento público e privado. A ORU é um plano de intervenção a 10 anos e que pode ser prorrogado por mais 5, assumindo a Câmara a gestão desse plano, que tem avaliações intermédias e pode ser alterado, caso se entenda pertinente. São apontados alguns benefícios para os particulares que procedam a reabilitações urbanas no edificado, nomeadamente o IMT, IMI, IRS e IVA e instrumentos financeiros que podem ser utilizados com algumas condições vantajosas. Não sabemos se estes benefícios são suficientemente atrativos para motivarem o investimento particular, alavancando a reabilitação urbana destas povoações. Achamos que são pouco ousados e que podíamos ir ainda mais longe neste ponto, no entanto, grande parte destes benefícios não são da responsabilidade da Câmara e, por isso, vamos esperar para ver e monitorizando a sua execução. No que diz respeito ao investimento público, parecem-nos muito reduzido, no caso da Aldeia dos Fernandes, 956.369,72€, que terá necessariamente de ser multiplicado várias vezes, recorde-se, que são 10 anos de vigência desta ORU e que 500 mil euros desta verba se reportam logo para a reabilitação do edifício particular, que nem sequer é propriedade da Câmara. -----

Relativamente ao PERU de Santa Clara-a-Nova, que contém os mesmos pressupostos do anterior, mantemos a mesma posição do princípio, salientando que neste caso, o investimento público previsto ainda é mais reduzido, apenas 670 mil euros, também para 10 anos. -----

Na versão final do PERU do Rosário com investimento de 1.050 mil euros, mantemos a mesma posição das anteriores. -----

É este o comentário a fazer. -----

O **Presidente da Câmara** disse que relativamente ao valor dos investimentos até diria que talvez não esteja em causa, ou melhor, o mais importante não é de facto o valor dos investimentos, apesar de ser e, muito bem dito, uma referência. O que está aqui mais em causa é darmos a possibilidade às pessoas que lá vivem e aos investidores que querem investir neste aglomerado, terem benefício que o Governo permite, ou seja, se a ORU não estiver aprovada na Aldeia dos Fernandes, em Santa Clara, em Almodôvar, no Rosário, onde quer que seja, qualquer investimento de requalificação urbana feita naquela localidade, será muito difícil ter apoio comunitário. -----

O que permite este documento? Permite manter a legalidade em relação aos investimentos que fizemos e sobre os quais tivemos apoio comunitário, no âmbito da ARU na área de reabilitação urbana que definimos e, naturalmente, sendo um instrumento ainda que definitivo, tem características provisórias, desculpe a expressão, e disse aqui e muito bem, que o mesmo pode ser alterado. Naturalmente que as realidades de hoje, comparativamente com as daqui a 10 anos, podem ser completamente diferentes, mas este documento tem de ser aprovado com o real ou com um valor fictício. O importante para nós não é de facto mencionar um milhão ou 500 mil euros, é mencionar obras que são prioritárias e essas estão identificadas e depois o valor vai-se ajustando à medida que os anos vão passando, ou se for necessário fazer de facto a alteração que a lei nos permite. Neste momento, o mais importante para nós não é definir os valores corretos de todas as operações urbanísticas em termos de reabilitação urbana, mas sim, cumprir com a legislação dos investimentos que foram feitos e permitir a quem vive nestes aglomerados que tire proveito dos apoios em descontos que o senhor deputado mencionou. Refiro também, por exemplo, empréstimos ao nível do instituto da habitação do IFHRU que pensa, não tem bem presente, através do BEI e 2 ou 3 bancos parceiros, podemos chegar a 25 anos de empréstimos com juros baixíssimos, não está bem dentro dos números e não está a querer vender o produto, mas sabe, que além destes benefícios há depois acesso a alguns programas de apoio à requalificação urbana e urbanística que sem eles não é possível. Se o prédio não estiver dentro da ARU ou se a rua não estiver incluída na ARU e se não tivermos depois posteriormente o PERU aprovado também, eventualmente temos complicações legais em termos de apoios e essa é que é a nossa preocupação neste momento, cumprir com a legalidade e com aquilo que a lei diz sobre o instituto da habitação e os cumprimentos legais e regulares. Por isso, naturalmente tem razão, quando diz que os investimentos são precários em relação às necessidades, mas um projeto a 10 ou 15 anos seria impossível definir todos e determinar os valores exatos nessa amplitude. -----

Estando o plenário elucidado e não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou a matéria à votação, tendo a Assembleia Municipal, **por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS/PSD), **deliberado:** -----

**APROVAR**, a versão final do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana [PERU], o qual orienta a Operação de Reabilitação Urbana (ORU) da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Aldeia dos Fernandes. -----

**C.3 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DE SANTA CLARA-A-NOVA - APRESENTAÇÃO DA VERSÃO FINAL E DO RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DE DISCUSSÃO PÚBLICA DO PERU - PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA:** -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu este ponto e começou por dizer que sendo o assunto de teor semelhante ao anterior, nada mais iria acrescentar, abrindo de imediato as inscrições para intervenções. -----

Não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia, colocou a matéria à votação, tendo a Assembleia Municipal, **por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS/PSD), **deliberado:** -----

**APROVAR**, a versão final do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana [PERU], o qual orienta a Operação de Reabilitação Urbana (ORU) da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Santa Clara-a-Nova. -----

**C.4 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DO ROSÁRIO - APRESENTAÇÃO DA VERSÃO FINAL E DO RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DE DISCUSSÃO PÚBLICA DO PERU - PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA:** -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu este ponto e à semelhança do ponto anterior, disse que nada mais iria acrescentar, tendo em consideração que o assunto tem um conteúdo similar aos dois pontos anteriores, abrindo de imediato as inscrições para intervenções. -----

Não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia, colocou a matéria à votação, tendo a Assembleia Municipal, **por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS/PSD), **deliberado:** -----

**APROVAR**, a versão final do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana [PERU], o qual orienta a Operação de Reabilitação Urbana (ORU) da Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Rosário. -----

**C.5 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A AFETAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, COM A ÁREA DE 43,50 M<sup>2</sup>, SITA NO MONTE DOS MESTRES:** -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu o tema e começou por dizer que este é um procedimento que habitualmente aparece na Assembleia para discussão e, de uma maneira geral, os processos vêm devidamente fundamentados e organizados e de uma maneira geral têm merecido a aprovação da Assembleia. -----

O **Presidente da Assembleia**, abriu as inscrições para intervenções, não tendo sido registado nenhum pedido. -----

De imediato, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que quis mencionar que este terreno é cedido ao Município a título gratuito e que só nos beneficia porque permite um alargamento da via e em termos de acessibilidade é muito melhor. Aclarou que no Monte dos Mestres onde se localiza a referida rua há um estreito

por causa de uma casa que lá existe, que, deste modo, vai permitir alargamento da via e conseqüentemente uma melhor fluidez no trânsito. Resta-lhe agradecer ao munícipe e pavimentar o buraco que lá fica de 44 metros quadrados, após o Senhor concluir as obras.-----

O Presidente da Assembleia colocou o assunto à votação, tendo a Assembleia Municipal, **por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS/PSD), **deliberado:** -----

**APROVAR, a afetação da parcela de terreno com área de 43,50 m<sup>2</sup> ao domínio Público Municipal.**-----

**C.6 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA PARA ADESÃO À ASSOCIAÇÃO MUSICAL DO ALGARVE, NA QUALIDADE DE ASSOCIADO APOIANTE:** -----

O **Presidente da Assembleia** leu a epígrafe em referência e aclarou que este protocolo tem a duração de 1 ano, sendo um contributo para a divulgação da cultura no nosso concelho e tudo o que seja para a divulgação da cultura é importante.---

O **Presidente da Câmara** reforçou que se trata de um protocolo para 1 ano que tem a ver com música, com a Orquestra Clássica do Sul e com espetáculos desta orquestra no concelho de Almodôvar. Estão a contratualizar por esta via uma série de serviços, nomeadamente, educação musical, construção de novos públicos, dois espetáculos com data definida e um espetáculo com data a escolher, até pode ser um ao ar livre e, naturalmente, já fizeram isto no passado e resultou muitíssimo bem. Recordou que há cerca de dois ou três anos tivemos esta experiência, mas levaram os alunos a Faro, ao teatro das figuras, para ouvir a orquestra. Desta vez estão a trazer a orquestra cá, para que os miúdos e todos nós possamos ouvi-la cá. -----

Pensa que os valores em causa estão ótimos em relação ao que é uma orquestra com 30 ou 40 músicos, neste caso tem 30 e poucos músicos, não sabe se vêm todos, são valores acessíveis para estes 3 espetáculos. Estão a falar de públicos-alvo que devido ao nosso contexto nem sempre temos acesso a espetáculos de orquestra, portanto estamos a dar o nosso melhor contributo para que Almodôvar tenha uma cultura multifacetada, variada e sempre enriquecedora. -----

O **Presidente da Assembleia** quis acrescentar que, tal como o Senhor Presidente referiu, há cerca de 2 anos as turmas do 1.º ciclo de Almodôvar tiveram ocasião de ir assistir, em Faro, a um concerto promovido pela Orquestra Clássica do Sul e é opinião generalizada, dos miúdos, dos professores e dos acompanhantes, que foi uma experiência muito positiva e que os concertos que lhes foram apresentados, tiveram muita qualidade. -----

O **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, tendo-se inscrito a deputada Ana Guerreiro. -----

No seguimento, o Presidente da Assembleia deu a palavra à **deputada Ana Guerreiro**, que principiou por dizer que a sua bancada acha muito importante também

os apoios para o desenvolvimento cultural ao nível do âmbito da música. Este protocolo realmente estabelece a condição de associado apoiante para o município de Almodôvar e no fundamental cria uma obrigação de contribuir financeiramente para esta associação com uma verba de 6 mil euros anual, tendo como contrapartida a realização de apenas 2 concertos, acham pouco, um para a população juvenil com 3 sessões de 30 minutos e outro para a população em geral. Parece-lhes pouco face ao montante financeiro envolvido, mas como o protocolo se reporta apenas a este ano 2019, podendo ser renovado com manifestação escrita, vão analisar como decorre este ano e depois irão tomar uma posição mais definitiva. Acham muito importante, mas acham que também não é só por um concerto que se muda a mentalidade e também a educação dos munícipes, temos que fazer mais alguma coisa. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação a Proposta do Senhor Presidente da Câmara para Adesão à Associação Musical do Algarve, na Qualidade de Associado Apoiante, tendo a Assembleia Municipal, **por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS/PSD), **deliberado:** -----

**APROVAR, a adesão** do Município de Almodôvar à Associação Musical do Algarve – Orquestra Clássica do Sul, na **qualidade de Associado Apoiante**. -----

**C.7 - CONHECIMENTO DA INFORMAÇÃO INERENTE À SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO - 1.º SEMESTRE DE 2018, PRESTADA PELO AUDITOR EXTERNO QUE PROCEDE À REVISÃO LEGAL DAS CONTAS, ELABORADA AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO N.º 2 DO ARTIGO 77.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO:** -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu este ponto e começou por dizer que tal como os senhores deputados, teve ocasião de ler atentamente o documento e viu com agrado que o relator, o ROC, refere alguns progressos, alguns aspetos positivos comparativamente a relatórios de anos anteriores. -----

O **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, tendo-se inscrito o senhor deputado Pedro Franco. -----

Usando da palavra o deputado **Pedro Franco**, que principiou por dizer que isto é um documento que refere a situação económica e financeira do município referente ao primeiro semestre de 2018 e realizado por um auditor externo que procede à revisão legal das contas, contudo há aqui duas questões importantes que gostariam de compreender e pensa que estas questões não serão inesperadas por parte da Câmara. A primeira prende-se com a necessidade de compatibilizar o registo contabilístico com o registo da Autoridade Tributária e na Conservatória do Registo Predial do património imobilizado do município. Segundo os auditores nada disto está feito, o que contraria as disposições legais em vigor e impede a validação integral do património. Existem outras situações ligadas ao património referidas nesta análise que precisam de ser urgentemente resolvidas e que a bancada do PSD recomenda que sejam devidamente tratadas. -----

A segunda questão já é uma questão mais recorrente e bastante falada, mas que parece que ainda não foi resolvida, tem a ver com as questões do dia-a-dia

relativas às existências em armazém. Referem os auditores a existência de dois locais a funcionarem como armazém, onde estão artigos em stock sem qualquer identificação, desprotegidos, sem controlo, pensamos que já houve tempo suficiente para que fossem adotados procedimentos para ultrapassar esta situação, logo, a pergunta que se coloca, porque que ainda não foram resolvidas estas situações? ---

O **Presidente da Câmara** referiu que quando o Senhor deputado refere “que nada está feito em relação ao registo predial” não corresponde nem aos factos nem àquilo que é o relatório. O Revisor Oficial de Contas menciona muito claramente que apesar do progresso que tem vindo a ser efetuado, tal como referido, ainda há trabalho a fazer. De facto ainda há, mas volta a dizer aqui na Assembleia, já o disse numa sessão anterior, não é fácil conseguirmos regularizar tudo aquilo que são os nossos terrenos, os nossos prédios e o relatório não se refere a apartamentos, nem a casas, referem-se neste caso e muito especificamente, a terrenos de ETA’s, ETAR’s, espaços que nos foram cedidos gratuitamente há muitos anos e que de facto temos vindo a utilizá-los como nossos, e são nossos, mas nunca foram registados, porque antigamente, como devem imaginar, não havia a necessidade de todos estes procedimentos. Vamos regularizando à medida que vamos conseguindo, temos feito muita regularização, ainda não fizemos o suficiente, mas continuamos a trabalhar nesse sentido e quem lhe dera que na próxima vez, tivéssemos um relatório de fecho de ano que não se mencionasse tudo isto, mas, de facto, não acredita, crê que vai ser mencionado novamente. -----

Porém, acredita que em relação às existências em armazém vamos ultrapassar este problema. Agora, com a mudança para o novo armazém, acabado de construir e entregue há pouco tempo, das oficinas e o armazém municipal, acredita que haja um controlo melhor das existências no mesmo local. Não quer dizer com isto que o material que está a descoberto se vai estragar, eventualmente algum estragar-se-á, não põe as mãos no fogo a 100%, mas tem existido um cuidado muito grande, pelo menos no último ano, o vereador com esse pelouro e os colaboradores estão a adequar as existências àquilo que é a realidade, libertando o armazém de materiais que existiam há anos no nosso armazém e que já não nos serve, material obsoleto, tubos que já não se usam, roscas, porcas, parafusos, enfim, um conjunto de materiais indiferenciados que já não se usam e pouco a pouco vamos acertando. Há ainda um grande trabalho a fazer especificamente no armazém, situado junto ao centro de saúde antigo, que usamos conjuntamente com a junta de freguesia e às vezes usa-se aquilo também para depósito de material usado, que já não serve, enquanto não se leva para outro sítio e às vezes também dá essa impressão.-----

No entanto reconhece que temos que continuar a trabalhar para evitar desperdício, mau controlo do material, porque há material que podia ser melhor acomodado e se calhar não tem sido porque ali no “armazém do Jesuíno” não existem as melhores condições e lá em cima não existia espaço suficiente. -----

Agora temos dois armazéns juntos, acho que desta poderemos melhorar significativamente este controlo de existências. -----

O **Presidente da Assembleia** quis acrescentar que o Revisor Oficial de Contas, no relatório sobre a questão das existências menciona que se tem verificado uma diminuição substancial deste problema, facto que é importante realçar. -----

A **Assembleia Municipal** tomou conhecimento do documento em apreço. -----

**C.8 - CONHECIMENTO SOBRE A CONCESSÃO DE “VISTO” DO TRIBUNAL DE CONTAS AO CONTRATO DE CRÉDITO A LONGO PRAZO NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MLP, PELO PRAZO DE 15 ANOS, PARA FINANCIAMENTO DE DESPESAS DE INVESTIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL:** -----

No âmbito deste ponto, o **Presidente da Assembleia** recordou que o assunto foi afluído na última sessão e abriu de imediato as inscrições para intervenções, tendo-se inscrito o Senhor deputado Pedro Franco. -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado Pedro Franco**, que começou por dizer que têm consigo o “Visto”, isto é, têm somente um ofício, que na opinião da sua bancada é desprestigiante para a Assembleia e não é o único exemplo nesta ordem de trabalhos. -----

Gostaria de questionar se este “Visto” não vinha acompanhado de um relatório e, em caso afirmativo, se esse relatório continha algo de relevante do qual deveriam ter conhecimento. -----

É triste ter de fazer este tipo de questões, porque esta bancada considera que os documentos que integram a ordem de trabalhos têm de ser enviados aos deputados sob pena de estarem aqui todos a apreciar e a deliberar sobre ofícios sem conhecimento das matérias em causa. -----

O **Presidente da Assembleia** referiu que no caso em concreto não têm o poder de deliberação, pois é um ponto apenas para conhecimento mas, de qualquer das maneiras, pergunta ao Senhor Presidente se tem alguma coisa a acrescentar sobre esta situação, nomeadamente, o porquê de só apresentar este documento. -----

O **Presidente da Câmara** aclarou que é o único documento que a Câmara recebeu do Tribunal de Contas. Explicou que o mesmo processo que foi para o Tribunal de Contas foi para os deputados em novembro, quando pedimos o “Visto”. Aquilo que o senhor deputado tem de fazer é juntar este papel ao dossiê, senão estamos a repetir-nos. Pensa que tenha sido enviado um dossiê quando veio o assunto à Assembleia. -----

Este “Visto” refere-se ao empréstimo de 1.760 mil euros, depois de vários pedidos de esclarecimentos, deram o aval. -----

De facto a Câmara não recebeu mais nada, este foi o documento que nós recebemos, não há relatório do Tribunal de Contas, há sim um parecer que é favorável, que diz que relativamente ao processo numero tal, que corresponde ao processo que nós enviamos para eles, que vocês têm pleno conhecimento não de hoje mas de sessões anteriores, que está aprovado. -----

Poderá facultar o processo todo em cópia mas acha que os deputados o têm. --

O anexo que se fala é o mesmo que o original, pede desculpa à assembleia se estiver a mentir, mas aquilo que sabe do assunto é isto, o anexo é no fundo o que nós enviamos. Se calhar até pode estar aqui a dizer alguma coisa menos correta, mas não conhece mais documento nenhum anexo a este ofício, a única coisa que viu, e que recebeu foi este ofício, a não ser que tenha vindo nalgum dossiê à parte, mas se veio compromete-se na próxima sessão a dar conhecimento aos senhores deputados. -----

Não houve qualquer anotação ao processo, houve pedidos de explicações, salvo o erro, duas vezes, por duas vezes mandaram cartas a pedir esclarecimentos, tanto que isto atrasou-se 2 meses e tal. Nós esclarecemos e trouxe agora este ofício para os deputados saberem, de facto, que o aval foi positivo, porque estamos a falar de dinheiro público, convinha perceberem que estava aprovado. -----

Que tenha conhecimento não existe nada, irá verificar e, se existir, na próxima sessão estará cá para conhecimento. -----

O Senhor Presidente aclarou que realmente no ofício fala de um anexo e com o ofício veio o contrato, que foi o contrato que nós enviamos, eventualmente é a isso que se referem. O contrato que a Câmara enviou assinado veio devolvido com o “visto”, agora não sabe se há mais algum documento, mas o contrato veio e os senhores deputados conhecem e têm esse contrato e foi onde o Tribunal de Contas colocou um carimbo com o visto e devolveu, portanto confessa que se está a dar informação errada aos senhores deputados está fora do seu conhecimento e na próxima sessão retifica, pois têm o direito de saber.-----

O **Presidente da Assembleia** referiu que em princípio estão esclarecidos sobre a situação e fica o compromisso do senhor Presidente da Câmara de que, se houver mais algum documento adicional a este “visto” do Tribunal de Contas, o trará para conhecimento dos senhores deputados. -----

**A Assembleia tomou conhecimento do documento em apreço.** -----

**C.9 - CONHECIMENTO DA LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS, NO ÂMBITO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DOS MESMOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI N.º 8/2012, DE 28 DE FEVEREIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO:**-----

O **Presidente da Assembleia** no âmbito deste ponto disse que naturalmente este assunto decorre da lei, dar conhecimento dos compromissos plurianuais assumidos, os quais foram aqui autorizados por esta assembleia e abriu de imediato as inscrições para intervenções, tendo-se inscrito o Deputado José Guerreiro. -----

Usando da palavra, o **deputado José Guerreiro** referiu que da análise aos contratos plurianuais verificaram que na sua quase totalidade foram estabelecidos por iniciativa da Câmara, ou seja, foram adquiridos os serviços ou os bens no ano de 2018 e negociado o seu pagamento ou parte dele em 2019. Esta situação contraria a propaganda que tem sido feita sobre a não existência de dívidas a 31 de dezembro

de 2018, bem como os subsídios pagos já em 2019 a diversas entidades que se reportam ao compromisso de 2018. -----

Senhor Presidente não faça demagogias e seja verdadeiro na informação que presta à população Almodovarense. Explique que só em janeiro pagou subsídios à Junta de Freguesia de Santa Clara, por exemplo, que está aqui o Senhor Presidente que pode confirmar, relativo à Feira do Mel, é que se reportam ainda a outubro e conforme reunião de Câmara de 6 de janeiro, que teve o cuidado de ler. Explique que só em janeiro entraram pagamentos relativos à Feira do Cogumelo e do Medronho que se realizou em novembro, muito mais podia explicar mas reportemo-nos a estes contratos e faça favor de falar sobre o assunto Senhor Presidente. ----

O **Presidente da Assembleia** referiu que escusado seria o senhor deputado dizer a última parte da sua intervenção, “faça favor de falar sobre o assunto”, uma vez que lhe compete a si pedir ao Senhor Presidente da Câmara o favor de esclarecer. ----

O **Presidente da Câmara** disse saber que esta questão viria à Assembleia Municipal, naturalmente, porque conhece a perspicácia e a inteligência dos nossos deputados da oposição. Quando fazemos contratos públicos ou qualquer tipo de contrato comprometemo-nos com alguém a liquidar num prazo de x ou a liquidar no mês que vem, ou a liquidar daqui a dois dias, ou a liquidar no imediato e se esse contrato for cumprido não está nem irregular nem ilegal. De facto, no mês de dezembro, como é natural em qualquer autarquia, passamos por vezes por algumas dificuldades orçamentais. A Câmara passou com 2 milhões positivos, não é demagogia, os factos comprovam-no, estão lá no banco, estão lá os valores e na prestação de contas a que terão acesso, passou sem dívidas em tesouraria conforme a sua informação, não existiam a 31 de dezembro dívidas registadas em tesouraria, fora do prazo, existiam faturas em trânsito e existiam contratos como estes que estão aqui que nós fizemos em dezembro, tiveram a execução em dezembro ou em novembro mas o pagamento em fases que foram negociadas. Essas fases que foram negociadas não é para quebrar a tradição da Câmara pagar a 4 ou 5 dias, porque essa tradição nós temo-la e fazemo-lo, foram negociadas porque o orçamento no mês de dezembro sofreu dificuldades, tivemos alguns constrangimentos, foi necessário fazer contenção porque, não obstante de ter dinheiro, houve dificuldades em rubricas, na sua dotação, portanto a Câmara não pode parar. Existiu dinheiro, tanto que existiu que sobrou, existia contenção orçamental por via da dificuldade na sua aplicação, foi gasto eventualmente mais e houve outra situação também relativa a fundos comunitários. Foi gasto mais no mês de novembro que era expetável, tivemos de cortar em dezembro. Como é que se ultrapassa? De facto com o que nós fizemos, fizemos contratos de prestação de serviço e dissemos que vamos pagar isto em duas prestações, uma agora e outra em janeiro, ou uma agora e outra em dezembro, foram feitos alguns contratos e foram cumpridos. Portanto uma fatura que passa em trânsito, que nem sequer é emitida de 31 de dezembro para dia 1 de janeiro não está em dívida, pois ela nem sequer estava emitida como é que está em dívida? O que existiram foi compromissos de pagamento para janeiro, que nos davam um valor x em janeiro, que se referia a um trabalho feito em dezembro ou

novembro, mas não existia dívida, existia um compromisso. Por exemplo, com a estrada de São Barnabé, nós contratualizamos por 700 mil euros, mas não devemos 700 mil euros à empresa, pois à medida que as faturas vão chegando vamos pagando, tal como são essas faturas também são a EDP, as Águas do Alentejo, a Resialentejo, etc. que são faturas que vêm 60 dias depois ou 30 dias depois e que nós temos 60 dias para pagar. A lei também nos diz que se elas tiverem dentro dos 60 dias não são dívidas, pois estão dentro do prazo legal e não tivemos nenhuma nessas condições, mas o Senhor deputado está curioso e eu digo-lhe qual foi o valor das faturas em trânsito de 2018 para 2019, sei que a “curiosidade matou o gato e que a satisfação trouxe-o de volta”. Pois bem, cerca de 143 mil euros, em trânsito na Câmara, ou seja, estavam passadas dentro do limite de prazo, não devemos, não é dívida. Você não tem uma dívida quando a fatura não está em dívida, a fatura não está em tesouraria como dívida, a fatura entra na Câmara Municipal e tem x dias para pagar, faturas referentes a estes contratos na sua grande parte que tinham pagamento em janeiro e faturas referentes aos serviços que nós temos, chega por exemplo dia 5 ou dia 6 uma fatura da EDP ou da GALP, da Resialentejo ou uma fatura da AgDP e essas faturas estão de facto em trânsito. O volume de faturas que nós pagamos em janeiro referente a dezembro rondava os 143 mil euros. -----

No entanto, isto não é demagogia, não está a fazer demagogia está-lhe a dizer que em 31 de dezembro a Câmara não tinha dívida em tesouraria, se ler bem a informação que está lá e que tínhamos 2 milhões e tal, em caixa, esse valor também não quer dizer que esteja disponível a 100%. Como sabe, parte desse valor pode estar dotado numa coisa qualquer, mas ele está lá, ele sobrou, em banco. Naturalmente aceita que o senhor deputado diga que faz isso tudo, enfim, tudo aquilo que puder dizer contra nós, aceita e fica plenamente satisfeito mas não têm razão no que diz, a lógica é essa mas a contabilidade autárquica não é essa. -----

Se as faturas tiverem dentro do limite de pagamento não são dívida, tal como a Câmara não deve dinheiro na obra de Santa Clara ou de São Barnabé, pelo facto de ter compromissado um valor nessa obra. Se a fatura me chegar hoje eu não devo essa fatura, só a devo daqui a 30 dias ou a 60, conforme a validade da fatura. -----

**A Assembleia tomou conhecimento do documento em apreço. -----**

**C.10 - APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA CPCJ- COMISSÃO PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS DE ALMODÔVAR, REPORTADA A 2018: -----**

O **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, referiu que decorre a obrigatoriedade da CPCJ, na pessoa do seu Presidente o professor Fernando Teixeira Guerreiro, de dar conhecimento à Assembleia das principais atividades que foram desenvolvidas pela CPCJ. Ele mandou um relatório, que os senhores deputados se fizerem questão de conhecer em mais profundidade podem solicitar aos serviços da assembleia, para dar conhecimento de algumas atividades que foram desenvolvidas pela CPCJ.

ATA N.º 09 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019  
QUADRIÉNIO 2017-2021

Temos, nomeadamente, um calendário que foi elaborado e já irá passar aqui a explicar e que foi oferecido aos senhores deputados, que se reportou a um concurso de desenho sobre os direitos da criança, no qual participaram escolas do 1.º e 2.º ciclo do Agrupamento de Escolas de Almodôvar, do qual resultou, feitos os devidos apuramentos, esse calendário de parede para 2019, com os desenhos devidamente identificados dos alunos que ganharam nos respetivos escalões etários. -----

Durante o mês de abril, que é o mês da prevenção dos maus tratos, foram feitas várias atividades, foi elaborada uma brochura com a história do laço azul, também com protocolos, trabalhou-se muito com as escolas do pré-escolar, 1.º e 2.º ciclo e também com o infantário Carrilho Garcia, foi promovida a elaboração e distribuída de pins, foram efetuadas operações de STOP conjuntamente com a GNR e participou-se também numa campanha sobre os maus tratos. Julga que aqueles que têm miúdos na escola se devem de recordar de uma atividade que foi feita e que envolveu todo o Agrupamento de Escolas de Almodôvar, a organização dum “flash mob”. Este foi feito no jardim dos bombeiros, com a participação das turmas de Almodôvar e das aldeias, que resultou numa atividade muito engraçada e muito feliz. -----

Também foi promovida uma sessão para pais e educadores sobre a rotina para as famílias felizes, dinamizada pela Dr.ª Cristina Nogueira da Fonseca, feita no Cineteatro de Almodôvar, no dia 1 de junho. -----

Também a CPCJ participou na comemoração do dia da criança e como já disse também elaborou o calendário que os senhores deputados têm convosco. -----

Pedi-lhe também o Senhor Presidente da CPCJ para destacar a colaboração que tem sido feita com outras CPCJ's vizinhas, nomeadamente a CPCJ de Aljustrel, Odemira, Castelo Branco e de Beja. -----

Depois no relatório vem uma série de mapas dos processos que foram feitos e por último ele pediu que destacasse que o movimento processual foi relativamente reduzido, houve um total de 24 processos, dos quais 14 foram arquivados e 10 transitaram para 2019. -----

Questiona o Sr. Presidente da CPCJ se esta situação de reduzida atividade processual é devida a uma salutar preocupação de proteger as crianças, ou se, pelo contrário, a comunidade ainda não está suficientemente desperta para situações de abuso que sendo mais ou menos normais ainda não estão devidamente denunciadas. No entanto, pela experiência que tem no lidar das situações, o Sr. Presidente da CPCJ e a equipa que elaborou o documento pensa que pela forma como as pessoas olham para a CPCJ e pela forma diligente como as entidades de primeira linha tais como a Escola e a Saúde têm atuado, em termos de prevenção, que a proteção das nossas crianças é encarada com seriedade estando por isso assegurada. -----

No que respeita às entidades sinalizadoras verificou-se uma ligeira alteração relativamente ao que aconteceu em anos anteriores. Em 2018 não foi a GNR quem mais sinalizou, mas sim a Escola. No que se refere às medidas aplicadas em 2018, apenas foi aplicada a medida de apoio junto dos pais. -----

Julgo que o mais importante que o Senhor Presidente da CPCJ pediu foi transmitido a esta assembleia e sobre o assunto, repete, se alguém tiver curiosidade em

consultar com mais pormenor o relatório, é favor de o pedir nos serviços da assembleia.-----

Prosseguindo, o **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para intervenções, tendo-se inscrito a Deputada Andreia Guerreiro. -----

Usando da palavra, a deputada **Andreia Guerreiro** disse que relativamente a este ponto e como membro, e talvez por isso, com outra forma de ver as coisas neste momento, como membro bastante recente da comissão alargada tem que referir que é com pena que constata que não foi enviado o documento na sua totalidade para os deputados. Como o Senhor Presidente disse e bem, ele está disponível para consulta, como sabemos, à semelhança do Senhor Presidente, que já aqui se queixou que não tem grande disponibilidade e gostaria de ter mais, a todos os deputados provavelmente acontece precisamente o mesmo e, este tipo de documento, às vezes desvalorizamos mas eles mostram-nos uma realidade que nem sempre transparece o trabalho da CPCJ, que merecia de facto nem que fosse um pequeno resumo deste relatório. Até propunha, não sei se isto é possível ou não, é uma ideia sua, porque não numa próxima situação convidar o próprio Presidente da CPCJ para fazer aqui uma apresentação. Penso que seria pertinente porque o relatório é extenso, mas tem informação que não sendo minuciosa, nem beliscando o foro privado dos processos que estão a decorrer, ele tem informação que nos mostra muito da nossa realidade e daquilo que até nós todos podemos fazer para contribuir, para dinamizar ainda mais todo o trabalho que se tem vindo a realizar no âmbito da CPCJ de Almodôvar. Por isso, faz aqui só uma espécie de lamento porque este documento merecia ser enviado para todos. Todos agora vamos ficar com o calendário do resultado do concurso, uma das atividades, mas elas são muitas e por isso queria deixar aqui uma palavra também de salutar e prestar a sua homenagem e reconhecimento ao Presidente desta Comissão, à Comissão Alargada e Restrita pelo trabalho fantástico que têm feito. -----

O **Presidente da Assembleia** registou com agrado a sugestão da senhora deputada de convidar o Presidente da CPCJ, para quando for altura disso ser ele a apresentar o próprio relatório. Julga que hoje não teria sido possível porque ele está numa atividade, mas não será de todo descabido ser ele a vir aqui fazer a apresentação. Ele, melhor do que ninguém, dará conhecimento dos aspetos que considerar mais relevantes e que devem ser apresentados. -----

Repetiu que regista com agrado a sugestão da senhora deputada e se a Assembleia não se opuser, irão ter em consideração que numa próxima ocasião, seja o Presidente da CPCJ a apresentar o relatório. -----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.** -----

**C.11- APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ART.º 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E DO ARTIGO 37.º DO REGIMENTO:** -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu ponto e abriu de imediato as inscrições para intervenções, tendo-se inscrito a deputada Andreia Guerreiro. -----

No uso da palavra a **deputada Andreia Guerreiro** começou por dizer que queria só deixar aqui alguns reparos. -----

Ao analisar a informação financeira de dezembro de 2018, verificou que os números de execução orçamental tanto no capítulo da receita como da despesa eram muito baixos. No âmbito das receitas o município apenas arrecadou cerca de 11 milhões e 700 mil euros, tendo aqui um relevo especial e negativo para a receita de capital que não chegou a um milhão de euros.

Estamos no período pleno de execução de um quadro comunitário, portanto esta situação não deixa de ser algo preocupante. -----

No lado da despesa globalmente os números também são muito baixos e em especial na despesa de capital, onde a diminuição relativa ao período homólogo de 2017 foi de menos de um milhão e duzentos mil euros. -----

Fica assim uma ideia muito clara sobre o saldo de gerência para 2019 que atinge o montante de dois milhões de euros, apenas porque não tem havido uma capacidade de realização por parte da Câmara, basta por isso verificar o estado de algumas obras que continuam teimosamente sem serem acabadas, ultrapassados em alguns casos os prazos contratuais estabelecidos, estas e outras razões explicam esse saldo. -----

Também quer chamar a atenção para o Senhor Presidente da Assembleia, e todos os colegas, para o facto de a nossa Câmara Municipal entrar no ano 2019 numa situação de desequilíbrio orçamental. Não é um bom começo e de certa maneira é estranha como é que uma coisa destas acontece. -----

Uma verificação mais detalhada traz-nos porém alguma explicação. Se repararem, no mês de janeiro de 2019 foram feitos pagamentos de despesas correntes, que representaram quase o dobro dos pagamentos médios do mesmo mês dos últimos anos. Ao contrário do que aconteceu no mês de dezembro de 2018, onde os pagamentos foram muito abaixo, daquilo que habitualmente se costuma pagar, o que mostra, e já foi aqui falado, de que é uma evidência de que houve pagamentos que passaram de 2018 para 2019. -----

Já agora, porque tinha os documentos perto de si, nomeadamente a informação financeira de dezembro de 2017, fez algumas comparações entre estas duas informações, dezembro de 2017 e dezembro de 2018 e constatou pelos números, que neste ano de 2018 a atividade da Câmara foi ainda mais reduzida do que em 2017. -----

Nesta lógica, foi ver os mapas anexos que constam nestes documentos, nomeadamente o quadro 6.º, que é o mapa demonstrativo do grau de execução da despesa e reporta sempre aos últimos 4 anos. -----

O que viu acabou por a deixar perplexa, para não dizer outra coisa, já que os números de execução da despesa estão diferentes nos dois mapas, sendo que nos anos de 2015 e 2016 então há diferenças enormes. -----

Caros membros desta Assembleia, caro público presente, estamos a falar de milhões de euros, sinceramente não consegue compreender o que é que se está aqui a passar. -----

Convida os colegas da Assembleia a verificar e também chamar a atenção do Senhor Presidente da Assembleia para se ter em consideração a devida atenção sobre este assunto, para que se encontre uma explicação coerente para este facto, porque se não acontecer ficaremos sempre na dúvida se devemos ou não confiar nos documentos que nos são entregues. Isto é de facto muito grave. -----

Queremos compreender o que é que se passa. Eu tenho aqui os dois mapas, compreende-se que haja colegas aqui na Assembleia que não os têm, posso dizer que a informação que nos foi fornecida no ano passado, no mesmo mapa, 2015, por exemplo, referia que na despesa corrente, só para terem uma ideia, estava orçamentado 9.499.505,00€ e na despesa paga estava 6.179.105,23€ e o grau de execução era de 65.05%. Vamos ver 2015, no mapa que nos é entregue este ano, orçamentado o valor é o mesmo 9.499.505,00€ mas, a despesa paga, reporta a 8.175.517.71€. Estamos a falar de uma diferença de 6.179.105,23€ para 8.175.517.71€. Claro que o grau de execução aqui altera para 86.06% e isto acontece nos campos todos. Estamos a falar por exemplo também em 2016: despesa corrente no mapa que nos deram no ano passado, tínhamos, o orçamentado está sempre bem, 10.051.131,00€, na paga estão 6.290.337,42€. Neste ano, no mapa que nos foi dado, o valor orçamentado está igual, na paga está 8.627.521.94€. São diferenças de milhões, não são diferenças de alguns euros, não são diferenças de alguns milhares de euros. Até podíamos dar aqui o desconto e tentar encontrar no raciocínio uma lógica em que houvesse uma diferença de um número que passasse de um milhão para outro, tudo bem, agora aqui estamos a falar de diferenças brutais que alteram substancialmente os graus de execução, quando em 2015 temos grau de execução de despesa corrente de 65.05%, despesa de capital 36.29% e despesa total 52.62%, no mapa deste ano passamos a ter grau de execução na despesa corrente de 86.06%, na despesa de capital 52%, quando era 36.29% e na despesa total 71% quando era de 52%. Isto acontece também em 2016 e acontece com menos evidência em 2017, mas também acontece. -----

A sua questão é: o que é que se passa com estes dados? Porque é que existem estas diferenças brutais? Como é que nós podemos entender o que aconteceu? -----

Em resposta, o **Presidente da Câmara** começou por dizer que a senhora deputado mencionou dois pontos muito importantes, um deles foi o desequilíbrio orçamental. De facto, no final do mês de janeiro tínhamos mais despesa paga do que receita entrada, isto tem a ver também com o que explicou há pouco, foi de facto os pagamentos que estavam planificados para janeiro, em que as receitas não chegaram para os pagar. Neste momento já estamos regularizados, já estamos a zero, com a aplicação dos fundos disponíveis do mês de fevereiro regularizamos de imediato a situação, verificou hoje e estava tudo regularizado, não foi nada preocupante. Foi precisamente aquilo que foi mencionado aqui, não é vulgar acontecer, mas aconteceu

porque tínhamos algumas despesas que passaram de dezembro para cá e já foram explicadas quais foram, portanto não vale a pena estarmos a falar do resto. -----

Sobre tudo daquilo que diz da análise financeira que faz, se existe uma falha de 4 milhões naturalmente não desaparecem, nós felizmente temos transparência total, os seus colegas e, sabe quem são, sabe o profissionalismo que têm, não o fariam de propósito. Se houve alguma falha certamente é um erro, mas não me parece que exista essa falha. Não obstante da sua análise, deve haver alguma explicação de algum dado ou que está colocado noutra sítio, não é contabilista, não percebe e nem tem de explicar uma coisa que não percebe, cometeria um grave erro. Portanto aquilo que vai fazer é pedir aos técnicos que analisem e certamente haverá uma explicação plausível a dar aos senhores deputados. A Câmara não está nem em défice, nem em dívida, nem está milionária, nem desapareceram 4 milhões de euros, ou 3 ou 2 ou 1, não desapareceu nada. O programa de contabilidade faz os números consoante lá os colocam e certamente não foi o programa que se enganou. Foi ou um erro de introdução de dados, ou algum dado que está ali que a senhora deputada não está a observar ou a considerar, mas terá certamente uma explicação contabilística e a mesma será dada, não por mim neste momento mas quando tiver dados para o mesmo, mas agradeço a observação. -----

O **Presidente da Assembleia** disse que faz suas as palavras do Senhor Presidente, pois, como é lógico, os documentos são elaborados pelos técnicos da autarquia e da sua parte também não tem grandes conhecimentos que possa dar qualquer explicação sobre o assunto. Mas com certeza que haverá uma explicação para tal, portanto é esse esclarecimento que com certeza que iremos pedir. -----

Pedi para intervir o **deputado Luís Martins**, que aclarou que a sua intervenção vem no seguimento do que foi a intervenção da representante da bancada do PSD, porque ficou sem perceber qual foi a questão, ou qual foi a sugestão de esclarecimento para a questão que aqui levantou. Era simplesmente achar estranho um possível erro num mapa, temos que tentar resolver a situação e aí eu gostava de saber qual é a sugestão do PSD, se é auscultar a responsável da autarquia, a funcionária, a Chefe de Divisão e responsável pela área, porque efetivamente acha estranho. Todos os relatórios de contas anuais são auditados por um ROC, nunca houve qualquer parecer negativo, as contas são vistas pelo Tribunal de Contas e então acho que esta questão que ficou aqui no ar “o que é que se anda a passar?”. Efetivamente anda-se a passar uma boa gestão financeira da autarquia, senão não passávamos com 2 milhões de euros o ano, no entanto deve-se procurar esclarecer e não deixar em ata uma dúvida de alguém que pergunta “que é que se anda a passar?”.-----

Foi dada novamente a palavra à **deputada Andreia Guerreiro** que referiu: -----

Oh senhor deputado, se calhar não ouviu bem a minha intervenção: eu fiz a questão à Assembleia, solicitei que se esclarecesse, o que me foi explicado é que não há condições neste momento para se esclarecer. -----

O Senhor Presidente assumiu essa questão, tentará averiguar e depois responder perante esta assembleia, penso que isso ficou claro, ninguém aqui acusou nada nem ninguém, atenção, e não ponham palavras nas bocas das pessoas e intenções onde elas não existem. Foi levantada uma questão, há um erro no documento que tem de ser visto, nós aqui não assinamos de cruz, sabe? Nós averiguamos os documentos.

O **Presidente da Assembleia** disse ter registado a intervenção, no entanto, o que têm de fazer é tentar esclarecer com os técnicos responsáveis donde é que advém essas diferenças registadas nos documentos. Entregou os Mapas à senhora Carla Lima para depois pedir o esclarecimento. -----

Julga que na sequência daquilo que o deputado Luís Martins disse só pode haver uma explicação qualquer para este facto, é tudo auditado, tudo verificado, tudo analisado ao pormenor, por as mais variadas entidades, com “vistos” e teremos de ter a maior confiança nos técnicos que elaboram os documentos porque não são caloiros nestas andanças. São pessoas já com alguma estaleca relativamente a estes assuntos, portanto pensa que deverá haver uma explicação lógica para isso. Tal como já aconteceu aqui numa situação anterior numa outra assembleia, onde houve, salvo o erro, a introdução de uns valores que foram feitos à mão, já não se recorda como é que foi, mas tudo foi devidamente esclarecido e pensa que isto também terá com certeza o seu devido esclarecimento e esperamos fazê-lo na próxima assembleia, com os devidos esclarecimentos por quem tiver o direito de o fazer. -----  
Reitera mais uma vez, e pelo conhecimento que tem das pessoas, portanto dos técnicos da autarquia, os responsáveis pela parte da contabilidade, mais a mais sabendo eles que são vistoriados por as mais variadas entidades, pelo conhecimento que tenho das pessoas, confia plenamente que tudo está devidamente normalizado, legalizado e terá uma explicação que pretendemos apresentar na próxima sessão da assembleia.-----  
Damos por terminado este ponto, ficando a aguardar os esclarecimentos que serão certamente pedidos. -----

**A Assembleia Municipal** apreciou os documentos em apreço.-----

#### **C.12 - APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA.** -----

O **Presidente da Assembleia** colocou à votação a minuta da ata da sessão, a qual contém as deliberações tomadas nas rubricas da Ordem do Dia, tendo a mesma sido **aprovada, por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS,PSD). -----

**FECHO:** Finda a ordem de trabalhos, e nada mais havendo a tratar, nos termos do Regimento e da alínea c), do n.º 1, do art.º 30º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a sessão por encerrada, eram **vinte e três horas e trinta minutos**, do dia **21 de fevereiro de 2019**. -----

Para constar e para os fins consignados no n.º 1, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, se lavrou a presente ata da sessão. -----

ATA N.º 09 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019  
QUADRIÉNIO 2017-2021

**Os anexos à ata dão-se aqui como reproduzidos e ficam apensos ao presente livro de atas.** -----

E eu, **Vítor Manuel Vilhena Saleiro**, 1º secretário da mesa da Assembleia Municipal, a redigi e subscrevo. -----